



# PROJETO POLÍTICO E REPRESENTAÇÃO: A DUALIDADE DO LIBERALISMO DA UDN (1945-1950)

## POLITICAL PROJECT AND REPRESENTATION: THE DUALITY OF UDN LIBERALISM (1945-1950)

 <https://doi.org/10.46401//ardh.2023.v15.19024>

Marina Olinda Calori de Lion  
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

 <https://orcid.org/0000-0001-8806-361X>  
marina.calori@unesp.br

Recebido em: 04 de março de 2023.  
Primeira revisão: 08 de maio de 2023.  
Revisão final: 10 de junho de 2023.  
Aprovado em: 10 de junho de 2023.

**RESUMO:** A presente pesquisa tem como objeto de análise o papel político da extinta União Democrática Nacional (UDN), enquanto partido representante da burguesia no Brasil, a partir da leitura teórica sobre as possíveis frações/divisões constitutivas desta classe e suas formas de representação política. A UDN teve importante atuação na história política brasileira no período pré-1964. Teve sua formação articulada ainda no período do Estado Novo, sendo fundada oficialmente em 1945 e extinguindo-se nos anos 1960.

**ABSTRACT:** The present research has as object of analysis the political role of the extinct União Democrática Nacional (UDN) as the representative party of the bourgeoisie in Brazil, through a theoretical reading on the possible constituting fractions/divisions of this class and its forms of political representation. The UDN played an important role in Brazilian political history in the pre-1964 period. Its creation was articulated during the Estado Novo era, being officially founded in 1945 and extinguished in the 1960s.

**Palavras-chave:** UDN, Estado Novo, Dualidade Liberal, Autocracia Burguesa.

**Key words:** UDN, Estado Novo, Liberal Duality, Bourgeois Autocracy.

## Introdução

O presente artigo propõe a análise do protagonismo político que a UDN (União Democrática Nacional) exerceu no período de 1945 até 1950, enquanto um partido que expressou e representou interesses de frações da burguesia que se constituiu no processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil daquele período (POULANTZAS, 2019). Em 1945 a UDN surge como um partido com o intuito de fazer oposição ao Estado Novo e ao então presidente Getúlio Vargas, com um posicionamento ambíguo que BENEVIDES (1981) identifica e conceitua como sendo a particularidade do liberalismo udenista, o que transforma a UDN em um partido de diferentes vertentes político-ideológicas, que levariam inclusive à futuras cisões. Foi uma associação político-partidária heterogênea que abrigou em seus primeiros dias agrupamentos de diferentes ideários políticos, os quais tinham até então um único propósito:

O espírito de luta contra o Estado Novo e contra Getúlio Vargas, em suas várias encarnações, das mais idealistas às mais pragmáticas, formou, plasmou e reuniu os diversos grupos que se comporiam no partido da “eterna vigilância”. Foi, portanto, como um movimento- ampla frente de oposição, reunião de antigos partidos estaduais aliança política entre novos parceiros- que surgiu a União Democrática Nacional [...]. (BENEVIDES, 1981, p. 23)

A hipótese que movimenta a pesquisa pode ser assim enunciada: na medida em que o partido representa frações da burguesia brasileira, explicita-se em sua proposição política uma espécie de “dualidade liberal”, que articula traços político-ideológicos conservadores, ao mesmo tempo que reivindicam um projeto modernizador para o país. Para tanto, a investigação se fundamenta em pesquisa de revisão bibliográfica, de fontes primárias e secundárias, orientada por uma perspectiva metodológica qualitativa que propõe a compreensão do objeto dialeticamente. Objetiva-se compreender os vínculos que este partido estabeleceu com os projetos de nação em disputa no Brasil no contexto da Guerra Fria, especificamente no período de 1945 a 1950, bem como, a forma como o liberalismo foi assimilado e reproduzido em suas dimensões sociais e políticas, naquele contexto histórico.

A UDN foi fundada em 7 de Abril de 1945, data escolhida para reverenciar o 7 de Abril de 1831<sup>1</sup>, cuja data é considerada um grande acontecimento para o liberalismo brasileiro, e que, talvez, não por coincidência a escolha dessa data já trazia de forma subentendida a principal e determinante característica do liberalismo udenista: a ambiguidade. Como aponta Maria Victória Benevides:

---

1 A data marca o episódio histórico da “Abdicação de D. Pedro I” em favor de seu filho, D. Pedro de Alcântara. O que se sucedeu à renúncia ficou conhecido como Período Regencial (1831-1840) que na história política brasileira é marcado por revoltas regionais que eram “ameaças à unidade do Império e por importantes redefinições políticas e institucionais”. A imprensa teve papel fundamental, naquele momento, para a circulação de ideias entre os grupos políticos antagônicos, entre liberais moderados ou exaltados e os conservadores (SILVA; FELDMAN, 2010, p. 143).

Neste caso preciso, a escolha da data talvez revele indesejáveis afinidades que pensariam, para o futuro partido, no fardo de uma herança cujas raízes remontam às ambiguidades da dicotomia liberalismo/conservadorismo constantes na história política das elites brasileiras [...]. (BENEVIDES, 1981, p. 23-24)

A herança liberal no Brasil se desenvolveu de forma particular. O crítico literário Roberto Schwarz faz uma análise sobre esse desenvolvimento no seu livro "Ao vencedor as Batatas", especificamente no capítulo "As ideias fora do lugar". Schwarz procura demonstrar como essas ideias 'moldadas' na Europa – o liberalismo – são assimiladas e reproduzidas na processualidade histórica brasileira com um novo padrão, onde elas se desconectam de um teor emancipador como nos casos clássicos europeus – onde se reproduziram originalmente – e se estruturam em um Estado com um núcleo autocrático da burguesia. Fala-se em liberdade e igualdade, por exemplo, mas a escravidão é mantida dentro de uma legalidade jurídico-política. Nesse sentido a burguesia se posicionaria, segundo o autor, de maneira ambígua e contrarrevolucionária, reproduzindo assim, um projeto político e ideológico de caráter autocrático (SCHWARZ, 2000).

Levantadas essas questões, os fatos e acontecimentos históricos aqui analisados serão tratados a partir de uma análise crítica do período delimitado. Nesse sentido, o questionamento hipotético que o artigo pretende responder, pode ser assim definido: dado que a UDN foi um partido de representação burguesa e a partir da leitura teórica sobre as possíveis parcelas/frações que compunham essa classe, quais seriam os projetos de nação em disputa a partir de 1945, aos quais se vinculava a UDN? Dito de outra forma, como podemos entender o protagonismo político desse partido, seu projeto econômico para o país, suas expressões ideológicas, que o vinculam a frações da classe burguesa, especificamente. Da mesma forma, compreender a "tradução" do liberalismo udenista para a realidade brasileira a partir da chave de leitura que aponta para seu caráter dicotômico, como apontado anteriormente.

A partir dessa problematização procuraremos compreender o processo de formação do Estado-nação brasileiro, mesmo que em seus elementos políticos essenciais. Contudo, não pretendemos reproduzir o debate sobre o processo da independência brasileira, mas sim capturar ao nível subjetivo de nossa análise os elementos político-ideológicos constitutivos desse momento histórico, suas possíveis permanências e superações, de modo a balizar essa análise diacrônica do Brasil entre 1945 e 1950. Para tanto, apoiamos-nos no referencial teórico de MAZZEO (2015) segundo qual, partindo desse pressuposto, é possível destacar que a partir da colonização do Brasil se desenvolve uma forma autocrática de dominação política da qual a burguesia não se desvencilha, pelo contrário, a instrumentaliza como elemento político de um projeto de controle social, tornando-se, assim, determinante na formação histórico-política nacional.

Ao longo do texto o leitor perceberá que este artigo se fundamenta numa abordagem de caráter qualitativo, cuja construção metodológica foi realizada através de revisão bibliográfica de caráter histórico-político, mas também sociológico, uma vez que dialoga com a

teoria das classes sociais e suas formas de representação. De forma breve, a revisão bibliográfica caracteriza-se pelo levantamento, análise e descrição de um conhecimento já produzido sobre a temática e o objeto de estudo “[...] com o objetivo de elaborar a contextualização da pesquisa e seu embasamento teórico [...] buscando identificar o ‘estado da arte’ ou o alcance dessas fontes” (PRADOV; FREITAS, 2013, p. 131). Os documentos levantados através da revisão bibliográfica foram organizados por grau de importância para o trabalho, permitindo assim, a descrição e problematização do objeto a ser investigado.

Desta forma, as obras levantadas foram escolhidas por conter uma amplitude de informações acerca do objeto desta proposta, bem como as análises mais alicerçadas na historiografia acerca da UDN e seus agentes políticos. Já para entendermos de forma crítica o momento histórico delimitado neste artigo, o referencial utilizado foi DREIFUSS (1981) uma vez que a discussão central desta obra trata sobre como as forças sociais agem para fazer valer seus interesses político-econômicos.

A conceitualização de MAZZEO (2015) sobre a colonização brasileira parte dos fundamentos teóricos do historiador Caio Prado Jr. Para este a colonização brasileira teve caráter de empresa capitalista/mercantil e o Brasil, desde a sua gênese, reproduz esse elemento de particularidade. Antônio Carlos Mazzeo, então, procura elucidar as características – também particulares – presentes no Estado brasileiro que surge desse longo processo, cujo conceito o autor denomina de “via prussiano-colonial” (DEL ROIO, 1998). Segundo o próprio autor:

[...] O aspecto “prussiano” aparece, assim, no sentido de caracterização de um processo tardio de acumulação de capital, consagrado na análise leniniana *como uma forma de desenvolvimento burguês, que se enquadra nas grandes tendências gerais da análise da entificação do capitalismo*. [...] para melhor conceituar o processo brasileiro, a noção de “via prussiano-colonial” é a que mais expressa sua geneticidade, porque respeita a legalidade histórica de sua condição colonial e, ao mesmo tempo, considera a configuração tardia (ou “hipertardia”, como pontua Chasin) e agrária do processo de acumulação e posterior industrialização do Brasil. (MAZZEO, 2015, p. 105, grifos do autor)

A concepção de via prussiano-colonial parte do pressuposto de uma “nobreza aburguesada” portuguesa que desembarca no Brasil e mantém laços com grandes capitalistas mercantis de países como Holanda e Itália, por exemplo. Esse conceito tem por objetivo mostrar a particularidade da formação histórica do Estado nacional brasileiro, Estado que se forma a partir de um capitalismo cuja principal característica foi a acumulação que teve início pelo campo e que se pode dizer utilizou como referência a turbulenta acumulação de capital da própria Europa. A partir desse processo histórico começa a se formar a sociedade brasileira que “[...] será pautada por um conservadorismo extremado, que se expressará tanto nas ideias das “classes dominantes” como em sua prática político-econômica [...]” (MAZZEO, 2015, p. 81).

Segundo o autor, a burguesia tolerou a coroa portuguesa devido a abominação de formas democráticas de governo, tolerância essa que não se mantém e resulta em um rompimento com a metrópole sem uma efetiva participação popular e a ausência de uma

revolução de caráter amplamente emancipatório – mesmo que em termos liberais – faz com que a burguesia agrária-mercantil norteie o processo de independência do Brasil e, com isso, culmine em um Estado institucionalmente constituído em função de seus interesses econômicos. Mazzeo chamará esse processo de “articulação pelo alto”. Ainda que a formação da burguesia brasileira seja tardia e deficitária, ela herda ideologias de cunho liberal-iluminista da metrópole, reproduzindo um conteúdo também particular, que se constituiu como mais um elemento da conceituação da via prussiano-colonial brasileira – mesmo que essa apropriação dos ideais liberais expressem um conteúdo histórico já decadente e tardio no desenvolvimento do capitalismo (MAZZEO, 2015).

A subordinação da burguesia portuguesa a inglesa no âmbito do mercantilismo orientou a posição político-ideológica da primeira que irá fortalecer as arcaicas instituições absolutistas durante o século XVIII e nesse quadro também situa-se a absorção de um “[...] liberalismo ‘reformado’ adequado a conciliação e não para transformações revolucionárias [...]” (MAZZEO, 2015, p. 87). A burguesia brasileira ao herdar o liberalismo de natureza não revolucionária da metrópole nasce como uma panaceia de ideários, ela se faz eclética e esse ecletismo se torna uma política ideológica do conservadorismo burguês e isso será

[...] o primeiro movimento filosófico plenamente estruturado no Brasil. Suas ideias penetram fundo em amplos setores da elite nacional e chegaram a se transformar no suporte último da consciência conservadora em formação [...]. (PAIM apud MAZZEO, 2015, p. 90)

Durante o processo de formação político-social o Brasil reproduziu conceitos e ideais europeus que pareciam estar “fora do lugar” em relação ao seu uso na metrópole, havia uma estrutura social colonial atrasada enquanto a superestrutura política tinha caráter liberal e propostas tidas como adiantadas e modernas (SCHWARZ, 2000). O Estado nacional surge, portanto, numa perspectiva de uma economia baseada em larga escala na escravidão, assim sendo cria-se um Estado com simulacro de liberalismo, porém um liberalismo inconcluso, nas palavras de Roberto Schwarz (2000, p. 26).

[...] as ideias liberais não se podiam praticar, sendo ao mesmo tempo indesejáveis. Foram postas numa constelação especial, uma constelação prática, a qual formou sistema e não deixaria de afeta-las. Por isso, pouco ajuda insistir na sua clara falsidade. Mais interessante é acompanhar-lhes o movimento, de que ela, a falsidade, é parte verdadeira [...]

Estrutura-se um Estado com divisão dos poderes mas com um núcleo autocrático institucional. Na vida política nacional a maioria dos trabalhadores eram escravos e os homens livres não tinham espaço dentro da vida produtiva. Assim, o Brasil se torna um Estado nacional em 1822 com uma sociedade civil incompleta e com ideais liberais ambíguos e dicotômicos.

Como já referido neste artigo a data de criação da UDN transporta todo um ideário. O

7 de Abril de 1831 pode ser compreendido como o momento de entrada em cena, de forma efetiva, da burguesia agrária na política nacional. A UDN como um partido representante da burguesia brasileira, agora não somente vinculada à fração agrária, pode ser analisado como uma agremiação política “continuadora” daquele liberalismo ambíguo e eclético que se consolida na formação do Brasil. Uma “continuidade” que deve ser entendida em sua especificidade histórica, como uma forma de *aggiornamento*, o que implica em dizer que o programa político da UDN possui singularidades, que refletem o contexto histórico nas quais as disputas políticas e econômicas estão inseridas e se reproduzem e que, portanto, não podem ser interpretadas como uma “continuidade idêntica” ao liberalismo dos primórdios do Estado brasileiro, interpretação essa que incorreria numa forma de anacronismo rasteiro, por assim dizer. Mas uma “continuidade” que essencialmente expressa elementos próprios da forma como o liberalismo político foi historicamente absorvido e reproduzido na sociedade brasileira, tal como a ambiguidade que será a determinante característica do udenismo, que abrigou as mais diversas orientações político-ideológicas, desde liberais e autocratas, progressistas e conservadoras (BENEVIDES, 1981). Assim,

[...] O partido que vota a favor do monopólio estatal do petróleo (1953) e contra a cassação dos mandatos dos parlamentares comunistas (1947) é o mesmo que se opõe à intervenção do Estado na economia, denuncia a “infiltração comunista” na vida pública e contesta os resultados quando perde as eleições [...]. (BENEVIDES, 1981, p. 12)

Posto que a UDN foi um partido com as características singulares do liberalismo brasileiro, faz-se necessário reiterar como o liberalismo se desenvolveu nessa processualidade histórica, um ideal importado de difícil adequação na realidade da periferia do capitalismo pois “[...] o que na Europa seria verdadeira façanha da crítica, entre nós podia ser a singela descrença de qualquer pachola, para quem utilitarismo, egoísmo, formalismo e o que for, são uma roupa entre outras, muito da época mas desnecessariamente apertada [...]” (SCHWARZ, 2000, p. 27). Eis a essência daquilo que Schwarz denominou “as ideias fora do lugar”.

## As origens da UDN

As tensões provocadas pela entrada do Brasil na II Guerra Mundial ao lado dos aliados e o “Manifesto dos Mineiros”<sup>2</sup> iniciou uma grande pressão social por parte pequena burguesia contra a continuidade do regime estadonovista, isso ainda no ano de 1943. Essa pres-

---

2 O Manifesto dos Mineiros foi uma carta aberta publicada ainda no ano de 1943 no aniversário dos acontecimentos de 1930. Foi escrita e assinada por importantes intelectuais ideologicamente liberais do estado de Minas Gerais, entre os 92 signatários estavam nomes como Afonso Arinos de Melo Franco, Pedro Aleixo, Odilon Braga entre outros. A carta defendia, em linhas gerais, o fim do Estado Novo e advogava em favor da redemocratização.

ção social fez com que o governo Vargas no ano de 1945 editasse pontos da constituição federal que tratavam de eleições indicando uma abertura democrática e uma possível nova constituição, e é nessa conjuntura que a UDN começa a ser articulada. Os diferentes grupos que compunham o partido representavam os interesses tanto regionais quanto pessoais das lideranças da UDN (DELGADO, 2006).

No primeiro semestre do ano de 1945 é estabelecido o Decreto-Lei 7.586/1945 conhecido popularmente como lei Agamenon<sup>3</sup> que restabelecia a Justiça Eleitoral em todo o país, nesse cenário em 7 de abril é criada oficialmente a UDN como proposta de uma frente ampla de oposição a Getúlio Vargas e com uma bandeira política de reconquista das liberdades democráticas, isso tudo em torno de um candidato o Major-Brigadeiro Eduardo Gomes, fazendo um movimento contrário à tradição em que um candidato surge de um consentimento partidário (BENEVIDES, 1981).

A UDN se apresentava como a herdeira da “tradição liberal brasileira”, se dizia a representante das classes médias urbanas, buscava suas inspirações em figuras liberais históricas como Teófilo Otoni<sup>4</sup> e Rui Barbosa e apesar da imagem cunhada por ela própria de partido modernizador, ainda conseguia se adentrar nas zonas rurais tidas como atrasadas, e esse fato deixaria evidente a influência da burguesia agrária no interior do partido (DELGADO, 2006). Havia também algumas características centrais da política udenista que eram basicamente composta por elitismo, golpismo, moralismo, autoritarismo e antipopulismo (DELGADO, 2006).

Algumas figuras tiveram papel de destaque dentro da agremiação, como o bacharel Afonso Arinos. Nada obstante, devido ao predomínio de personalidades importantes à época organizadas no interior da UDN, a agremiação ficou conhecida como o partido dos “aristocratas”, dos “cartolas”, dos “notáveis”, dos “grã-finos”, dos “bacharéis” (BENEVIDES, 1981). Até meados da década de 1950 os bacharéis dominavam o partido que já se via dividido em diferentes grupos, de um lado Afonso Arinos liderava a chamada “Banda de Música”, um grupo que fazia oposição incansável a Getúlio Vargas. Havia também um grupo mais radical dentro da UDN: os lacerdistas, liderados pelo jornalista Carlos Lacerda; nessa mesma época também surgiu o “movimento renovador” que mais tarde, já na década de 1960 seria a ala denominada “Bossa Nova”. A presença de diferentes agrupamentos corrobora com a tese das “várias UDN’s” tanto na dinâmica externa quando na interna do partido e a existência dessas “várias UDN’s” fará parte do *modus operandi* da agremiação desde a sua fundação em 1945 até seu fim na década de 1960, além do liberalismo ambíguo característico da UDN.

---

3 Agamenon Magalhães foi o ministro da justiça do governo de Getúlio Vargas, no Estado Novo.

4 Jornalista e político, foi militante republicano durante o império. É dele o gesto de acenar com um lenço branco para o povo, que se tornou símbolo do liberalismo brasileiro (cf. DUARTE, 2002) e em 1945 foi reivindicado pela UDN na chamada “campanha do lenço branco”.

## O cenário histórico-político pós Estado Novo

Depois da criação da UDN formam-se outros partidos nacionais, compondo o cenário político da assim chamada “redemocratização”. Cabe aqui uma descrição de forma geral desses principais partidos com o intuito de situar politicamente o momento histórico do pós-Estado Novo.

O PSD (Partido Social Democrático) foi o maior partido do Brasil no período de 1945 até o golpe de 1964. Um partido de caráter conservado que, elegeu dois presidentes (Dutra e Kubitschek) e apoiou de forma não oficial Getúlio Vargas em 1950. A proposta do PSD, nas palavras de Lúcia Hippólito, era de ser um “fiador da estabilidade política” – ou seja, conservador – e exerceu tanta influência no cenário político que se seguiu pós-Estado Novo, que os demais partidos chegaram a depender dele no quesito avanço da política. O PSD se mantinha no centro do espectro político enquanto os demais partidos se movimentavam ao seu redor fazendo dele uma referência na conjuntura da época (HIPPLITO, 1985).

Já o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) surge como um partido popular com base sindical que tinha em sua composição operários e sindicalistas e se reivindicava como um partido legítimo da classe trabalhadora. A priori, surge como tendência getulista e funcionaria por um longo período como um dispositivo das demandas trabalhistas, e isso só era possível pela forte identificação do trabalhismo com o getulismo. O PTB era em sua gênese um partido anticomunista e disputava com o PCB o mesmo público eleitoral. Por isso, em 1947/48, apoia o processo de cassação dos mandatos dos comunistas e do registro do PCB o que representou uma disputa direta pelo eleitorado (DELAGADO, 1989).

Finalmente, no curto período em que esteve na legalidade, o PCB (então Partido Comunista do Brasil<sup>5</sup>) teve uma participação importante nas eleições de 1946 elegendo quatorze deputados federais, um senador (Luís Carlos Prestes) e tendo um candidato à presidência que alcançou a quarta colocação nas eleições gerais de 1946, Iedo Fiúza. Todavia, já em 1947 durante o governo Dutra o PCB tem o registro cancelado e seus eleitos cassados e em 1948 passa novamente a clandestinidade (DELAGADO, 2006).

As relações da UDN com esses partidos sofreram mudanças ao longo dos anos até o golpe militar de 1964. Esta questão não será tratada com minúcia neste artigo, já que foge do escopo desta proposta uma vez que o arco temporal estabelecido neste artigo se dá a partir da “redemocratização” pós-Estado Novo período em que a “[...] UDN surgiu como uma frente, organizou-se como um partido e identificou-se, também, como um movimento (o udenismo) [...]” (BENEVIDES, 1981, p. 12, grifos da autora) e se estende até o retorno de Getúlio Vargas como presidente do Brasil por eleições diretas. A década de 1950 para a UDN traz novos conflitos que fogem do escopo e exequibilidade do presente artigo.

Os estudos sobre a UDN são relativamente escassos em comparação com outras pes-

---

5 A denominação Partido Comunista Brasileiro só seria utilizada a partir de 1961, quando o PCB aprova em Conferência Nacional a mudança de nome, na tentativa de conseguir o registro eleitoral, o que acabou não se confirmando.

quisas sobre os partidos que surgiram ou saíram da ilegalidade com o fim do Estado Novo e que ainda assim são poucos estudos, no geral partidos políticos precisam de uma maior atenção das pesquisas em história política. Uma das produções de maior relevância sobre a UDN é sem dúvida o já citado livro de Maria Vitoria Benevides (1981) *UDN e o udenismo, ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1964)*. Nesse livro, ao se referir sobre a composição do partido a autora diz que “[...] a UDN surge como um movimento agregador das mais variadas tendências políticas e raízes históricas [...]” (BENEVIDES, 1981 p. 28) e lista os grupos que juntaram-se e originaram a UDN, são eles:

[...] a) As oligarquias destronada com a revolução de 30; b) Os antigos aliados de Getúlio, marginalizados depois de 30 ou em 37; c) Os que participaram do Estado Novo e se afastaram antes de 1945; d) Os grupos liberais com uma forte identificação regional; e) As esquerdas. (BENEVIDES, 1981, p. 29)

Ao longo do livro a autora também informa que a UDN era conhecida como o partido das classes médias, aponta nomes de membros do partido e qual grupo representava como por ex. “[...] Herbert Levy, ostensivo representante da lavoura cafeeira [...] sempre soube socializar as perdas e privatizar os lucros [...]” (BENEVIDES, 1981, P. 196). Para a autora, as complexidades e a ambiguidade do liberalismo udenista caracterizava a falta de projeto político da UDN.

## Considerações finais

Este trabalho procurou analisar a atuação da UDN no período da “redemocratização”, o fim do Estado Novo, especificamente entre os anos de 1945 a 1950. Intentamos demonstrar como o partido, que nasceu de uma frente ampla contra a ditadura estadonovista, foi rapidamente mudando de posicionamento e passou a fazer parte de uma ala golpista da política brasileira. Melhor, buscamos compreender como a UDN como um partido de representação burguesa difundia um liberalismo ambíguo e eclético e por muitas vezes recorria ao golpismo para manter os interesses da classe que representava.

O debate crítico sobre a atuação da UDN ainda é bem pequeno, existem estudos recentes como teses de doutorado e dissertações, porém, esse tema ainda carece de muito estudo e pesquisa, como dito logo no início deste trabalho. Apoiada em grande parte na figura de Carlos Lacerda<sup>6</sup>, a UDN teve um papel importante no cenário político do século XX, e mesmo que não tenha chegado a presidência da república diretamente, elegendo seu próprio candidato, o partido conseguiu influenciar de maneira direta, ao menos três governos, o de Eurico Dutra, Café Filho e Jânio Quadros, este último foi eleito com apoio direto da UDN, fato que fez com que o partido o considerasse um candidato udenista, mesmo Jânio

---

<sup>6</sup> Carlos Lacerda foi uma figura proeminente dentro do partido, sua influência foi tão significativa que existiu uma tendência dentro da UDN centrada em sua figura, chamada de “lacerdismo”. Os lacerdistas eram abertamente golpistas, faziam coro com o militarismo e uma oposição furiosa contra Vargas.

Quadros sendo filiado ao Partido Trabalhista Nacional, o PTN.

A agenda tecnocrática, moralista, o discurso anticorrupção do partido, seu programa economicamente liberal e o apelo ao combate a corrupção foram tão efetivos e difundidos durante sua existência que o termo udenismo transcendeu o partido e tornou-se um conceito, um exemplo disso é que mesmo com o golpe de 1964 e o fim dos partidos, a agenda da UDN esteve em pauta, principalmente nas reformas excludentes que a ditadura fez, não só pela íntima relação da UDN com o militarismo em sua trajetória, mas também pelo caráter udenista do golpe de militar.

Escrever sobre um partido, sobretudo um partido da ordem burguesa, é escrever sobre um grupo social, uma classe que ele representa, a UDN já existia antes mesmo de se tornar um partido institucional, antes de ser uma sigla partidária, visto que

“[...] A história da UDN é, na verdade, a história de um grupo restrito, de uma elite que se queria elite, quer pelas origens sociais ou pelos interesses econômicos, quer pela linha política [...] ou, ainda, pela autoimagem de excelência [...] (BENEVIDES, 1981, p. 277).

A UDN foi uma verdadeira representante de tudo aquilo que já existia na formação histórica e social do Brasil, os grupos que antecederam a sua criação, cansados com o Estado Novo e do nacionalismo de Getúlio Vargas, orquestraram o golpe que pôs fim a ditadura estadonovista e deu início a uma nova fase na história política brasileira, protagonizada por partidos conservadores e de forte tendência entreguista e privatista, isso deixou claro o caráter antipopular e regressivo da burguesia brasileira, como já citamos anteriormente neste artigo, sua formação inicial parte de um liberalismo, ideologia da burguesia, que no Brasil ganha uma forma particular cuja principal característica seria o conservadorismo.

Talvez a principal particularidade udenista, que diferenciava a UDN dos demais partidos, fosse, antes de tudo, o anticomunismo e o anti-getulismo, o PSD, por exemplo, mantinha uma linha mais isenta, simultaneamente defendia privatizações e intervenção estatal, discursava a favor do capital estrangeiro e era em determinados momentos progressista, já o PTB disputava o eleitorado com o PCB, este último, cassado e posto na ilegalidade em 1947, basicamente, essas eram as características marcantes destes partidos, protagonistas da política institucional do século XX.

O partido soube manter seu espaço no cenário político do pós-Estado Novo, a lógica udenista ambígua conquistou sua esfera ao associar a moral com a coisa pública, seu eleitorado, especialmente a classe média, logo se identificou com essas características. O golpismo sempre caminhou ao lado do liberalismo quando se tratava da UDN, era o partido que contestava resultados de eleições democráticas por que “o povo vota errado” e mesmo quando acontecia certas divergências entre as tendências, nunca houve um combate efetivo ao caráter golpista udenista, perceptível fica sua inclinação elitista e bacharelesca, consideravam o povo subversivo e incapaz de participar dos processos eleitorais.

Apesar de a UDN não existir mais enquanto uma sigla partidária, o udenismo ainda persiste na política brasileira, pois é possível perceber que o udenismo transcendeu o partido e se tornou um conceito, uma ideia, ainda hoje difundida no interior da sociedade brasileira, nos últimos anos presenciamos um golpe de Estado que destituiu a primeira mulher eleita presidente do Brasil, Dilma Rousseff, vimos a cruzada anticorrupção da operação Lava-jato e sua consolidação, como consequência, ajudou a emergir uma ideologia anti-comunista, que associa a moral com a coisa pública, privatista, e autocrática, denominada bolsonarismo, que não por coincidência, contesta resultados eleitorais que não concorda, se apoio no militarismo e tem forte inclinação golpista e moralista. A UDN está extinta desde o Ato Institucional número 2, promulgado em 1965, mas o udenismo ainda persiste e insiste em definir a política brasileira dos tempos atuais.

## Referências Bibliográficas

BENEVIDES, Maria Victória. **A UDN e o Udenismo**: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. (Coleção Estudos Brasileiros, v. 51)

CERRONI, Umberto. **Teoria do partido político**. São Paulo: Editora Riuniti, 1979.

CHALOUB, Jorge Gomes de Souza. **O liberalismo entre o espírito e a espada**: a UDN e a República de 1946. 2015. 311 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

CHALOUB, Jorge Gomes de Souza. Liberalismo e nacionalismo no Brasil (1947-1953): notas sobre a UDN e a Campanha do Petróleo. In: ENCONTRO DA ABCP, 8., 2012, Gramado. **Anais [...]**. Gramado: UFRGS, 2012.

CHALOUB, Jorge Gomes de Souza. O moderno no liberalismo brasileiro: o dualismo udenista. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 34., 2010, Caxambu. **Anais [...]**. Caxambu: ANPOCS, 2010.

CHALOUB, Jorge Gomes de Souza. Os resquícios de 1946: populismo e udenismo no debate brasileiro contemporâneo. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 38., 2014, Caxambu. **Anais [...]**. Caxambu: ANPOCS, 2014.

DELGADO, Lucília De Almeida Neves. **PTB**: Do Getulismo ao Reformismo (1945-1964). São Paulo: Editora Marco Zero, 1989.

DELGADO, Marcio de Paiva. **O "golpismo democrático"**: Carlos Lacerda e o jornal Tribuna da Imprensa na quebra da legalidade (1949-1964). 2006. 162 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2006.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

DREIFUSS, René Armand. **1964**: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

DUARTE, Regina Horta. Tempo, política e transformação: Teófilo Otoni e seu lenço branco. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 28, n. 1, p. 101-110, jun. 2002. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/23789>. Acesso em: 20 abr. 2022. DOI: <https://doi.org/10.15448/1980-864X.2002.1.23789>

DULCI, Otávio Soares. **A UDN e o anti-populismo no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1986.

HIPPÓLITO, Lucia. **De raposas e reformistas**: o PSD e a experiência democrática brasileira, 1945-64. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LUCA, Tania Regina de. **Práticas de pesquisa em história**. São Paulo: Contexto, 2020.

MAZZEO, Antônio Carlos. **Estado e Burguesia no Brasil**: origens da autocracia burguesa. Oficina de Livros, 1989.

MENDONÇA, Marina Gusmão de. **O demolidor de presidentes**. A trajetória política de Carlos Lacerda: 1930-1968. 2. ed. São Paulo: Codex, 2002.

PICALUGA, Isabel. **Partidos Políticos e Classes Sociais**: a UDN na Guanabara. Petrópolis: Vozes, 1980.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. Campinas: Editora da Unicamp, 2019.

PRADO, Ricardo. O que é a UDN, partido que foi de Carlos Lacerda e pode ser a casa dos Bolsonaro. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 19 fev. 2019. Disponível em: <https://www.gazeta-dopovo.com.br/ideias/o-que-e-a-udn-partido-que-foi-de-carlos-lacerda-e-pode-ser-a-casa-dos-bolsonaro-318tked9k2grotqq6faugrlyh/>. Acesso em: 18 abr. 2022.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: método e técnicas da pesquisa do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RICUPERO, Bernardo. Da formação à forma: ainda como "ideias fora do lugar". **Lua Nova**, São Paulo, n. 73, p. 59-69, 2008. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64452008000100003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452008000100003&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 20 abr. 2022.

ROIO, Marcos Del. Resenha de: MAZZEO, Antônio Carlos. Estado e burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa. São Paulo: Cortez Editora, 1997, 144 p. **Crítica Marxista**, São Paulo, v. 1, n. 7, p. 142-145, 1998.

SILVA, Luiz Geraldo Santos da; FELDMAN, Ariel. Revisitando o passado em tempos de crise: federalismo e memória no período regencial (1831-1840). **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 11,

n. 21, p. 143-163, jul./dez. 2010. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2237-101X2010000200143&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2010000200143&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 21 abr. 2022.  
DOI: <https://doi.org/10.1590/2237-101X011021008>

SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000.